



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE VEREADOR FERNANDO SILVA



PROJETO DE LEI Nº _____/GVFS/CMPV/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PROTOCOLO

Gerência das Comissões
 Projeto de Lei Ordinária nº 4982/2025

DATA: 28/11/2025

HORA: 10h:01m

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, O PROGRAMA DE FARMÁCIAS CREDENCIADAS PARA DISPENSAÇÃO COMPLEMENTAR DE MEDICAMENTOS INTEGRANTES DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS – REMUME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe confere o IV do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal de Porto Velho.



FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Farmácias Credenciadas de Porto Velho, com o objetivo de garantir a dispensação complementar de medicamentos constantes da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME, por meio de farmácias privadas credenciadas, nos casos de indisponibilidade nas unidades de saúde municipais, mediante apresentação de receita emitida no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º Poderão participar do Programa as farmácias e drogarias sediadas no Município de Porto Velho que atenderem aos critérios de habilitação estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e que formalizarem termo de adesão com o Município.

Art. 3º Constituem requisitos mínimos para credenciamento:

- I – possuir regularidade perante o Conselho Regional de Farmácia;
- II – manter sistema eletrônico de registro e comunicação com a SEMUSA, para controle e auditoria das dispensações realizadas;
- III – praticar preços compatíveis com tabela de referência fixada em ato próprio do Executivo;
- IV – atender regularmente aos usuários encaminhados pelo SUS e apresentar relatório mensal das dispensações realizadas.

	<p style="text-align: center;">PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO GABINETE VEREADOR FERNANDO SILVA</p>	
---	--	---

Art. 4º O Município de Porto Velho, por meio da SEMUSA, poderá firmar convênio, termo de compromisso ou instrumento congênere com cada estabelecimento credenciado, definindo:

- I – fluxo operacional de atendimento;
- II – forma e periodicidade de ressarcimento;
- III – mecanismos de auditoria e controle;
- IV – exigências documentais;
- V – obrigações e responsabilidades das partes.

Art. 5º O Programa abrangerá exclusivamente os medicamentos constantes da REMUME Municipal, podendo incluir casos excepcionais, desde que justificados tecnicamente pela SEMUSA e previstos em ato regulamentar.

Art. 6º O ressarcimento à farmácia credenciada será realizado pelo Município, após apresentação dos documentos hábeis e conferência pela SEMUSA, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira fixada na Lei Orçamentária Anual e em normas correlatas.

Parágrafo único. O credenciamento, execução e pagamentos previstos nesta Lei não constituem obrigação automática, ficando sua implementação condicionada a critérios de conveniência e oportunidade administrativa do Poder Executivo.

Art. 7º A regulamentação desta Lei caberá ao Poder Executivo, no prazo que entender necessário, sem prejuízo de sua imediata aplicação conforme o interesse da Administração Pública.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 24 de novembro de 2025.

FERNANDO SILVA
Vereador



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE VEREADOR FERNANDO SILVA



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como finalidade autorizar o Poder Executivo do Município de Porto Velho a instituir o Programa de Farmácias Credenciadas, visando ampliar e qualificar o acesso da população aos medicamentos integrantes da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME, especialmente nos casos de indisponibilidade momentânea nas unidades de saúde municipais.

A proposta não impõe despesas obrigatórias, não cria órgãos, cargos ou obrigações automáticas ao Poder Executivo. Trata-se de lei autorizativa, plenamente compatível com os arts. 30, I e VII, da Constituição Federal, o art. 6º da Constituição do Estado de Rondônia e o art. 7º, incisos VII e X, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, que asseguram ao Município competência para legislar sobre saúde e interesse local.

O modelo proposto baseia-se em experiências municipalistas exitosas, como o Projeto REMUME de outros municípios, já demonstrado no documento anexo, que evidencia a viabilidade administrativa e jurídica da medida.

A autorização legislativa permite ao Executivo, conforme critérios de conveniência e oportunidade, credenciar farmácias privadas para fornecimento complementar de medicamentos, garantindo:

- continuidade terapêutica ao cidadão;
- diminuição da judicialização da saúde;
- aumento da eficiência da gestão de estoque;
- atendimento imediato em situações de falta de medicamentos na rede pública.

Assim, o projeto não invade competência privativa do Executivo, respeita integralmente as normas da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal, e contribui para a efetivação do direito fundamental à saúde, previsto na Constituição Federal.

Diante do exposto, solicita-se aos Nobres Vereadores a aprovação desta proposição, por sua relevância social e legalidade incontestável.

FERNANDO SILVA
Vereador



Assinado por **Fernando Celestino Da Silva** - Vereador - Em: 25/11/2025, 13:40:53